

FOLHA DO PROFESSOR

Ano 21 ★ Nº 104 ★ Outubro/1981 ★ Órgão do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro



EM DEBATE, A MULHER PROFESSORA

FOTO DE RAIMUNDO VALENTIM



O Dia de Luta no Rio: a passeata saiu, depois de uma batalha contra a repressão do Estado

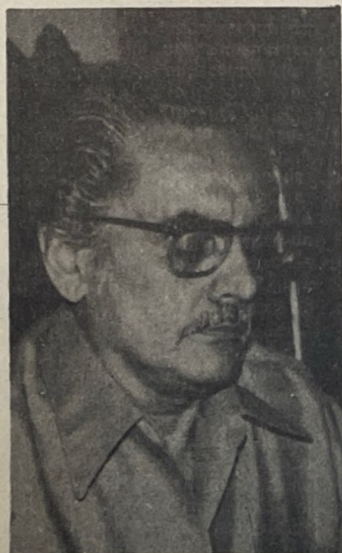
ESPECIAL

Professores analisam a Conclat

Em depoimento especial à **Folha do Professor**, os delegados do Sindicato à 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras fazem um balanço desse encontro sindical, o mais importante já realizado no Brasil. Nós mostramos também o que os trabalhadores reclamam do Governo. Páginas 8, 9 e 10

O SINDICATO REAGE À FRAUDE NA VEIGA DE ALMEIDA

Ela quebra o sigilo de provas, faz mágica com notas de alunos e ainda demite os professores



Monrevi, na posse

Nossa luta maior é pela justiça social

Páginas 6 e 7

Fraude na Veiga de Almeida

A Escola de Engenharia Veiga de Almeida quebra sigilo de provas, adultera notas de alunos e demite professores que repelem essas mágicas

A Escola de Engenharia Veiga de Almeida está aprovando irregularmente alunos sem condições de promoção e com esse fim quebra o sigilo das provas e altera notas sem conhecimento do professor da disciplina. Como os professores não concordam com essa fraude e a denunciam, a direção da Escola demitiu 29 professores do Departamento de Engenharia Civil. Solidários com seus colegas sacrificados pela fraude institucionalizada, outros professores se demitiram.

O Sindicato dos Professores, o Sindicato dos Engenheiros e a União Estadual dos Estudantes reagiram contra a fraude da direção da Veiga de Almeida, que foi obrigada a abrir um inquérito para apurar as irregularidades, da qual participa o presidente do Diretório Acadêmico, Antônio C. Rozão Pinto. Rozão chegou a assinar o pedido de revisão de nota de um aluno, João Francisco Leite Vieira, empenhado em transformar em 6,5 o grau 4,9 que obteve na prova.

Em vez de apurar a fraude, a direção da Veiga de Almeida simulou um inquérito, conduzido por três membros a ela ligados, os quais tiveram a preocupação de apresentar como eventual a quebra de sigilo, que "não envolveria a totalidade da turma e sim apenas três ou quatro alunos", como diz o

estranho parecer que eles firmaram a 3 de agosto. O caso das fraudes se arrasta desde maio, quando o presidente do DA patrocinou a causa de um de seus amigos que tirou 4,9 e quis transformá-lo em 6,5.

O professor Albino Joaquim Pimenta da Cunha, de Elasticidade e Projeto Estrutural 1, do Departamento de Engenharia Civil, expôs à *Folha do Professor* todo o mecanismo das irregularidades da Veiga de Almeida, para as quais reclama providências do Ministério da Educação. Um dos demitidos e integrante da comissão que tenta coibir as irregularidades da Veiga de Almeida, o professor Albino fez este relato à *Folha*:

Folha do Professor — O que ocorreu na Veiga de Almeida?

Albino — Um número razoável de professores, em especial do Departamento de Engenharia Civil, foi demitido por denunciar diversas irregularidades à direção da Escola, esperando imediata apuração dos fatos relatados. Podemos citar como exemplos modificações de grau sem o conhecimento do professor da disciplina e a não apuração de quebra de sigilo em provas.

Folha — Como se deu a quebra de sigilo?

Albino — Um aluno tomou conhecimento das questões da prova final de Elasticidade (Turma 301) e, não concordando com este tipo de ocorrência, me comunicou o fato horas antes da realização da prova. Assim, juntamente com os professores de Projeto Estrutural 1 e Pontes 1, nas quais também havia evidências de quebra de sigilo, pedi a anulação da prova. Foi então instaurada comissão de inquérito da direção da Eeva. Esta comissão emitiu um "parecer parcial" (ver boxe anexo) que no item 1.2 afirma "mesmo que provada fosse" (grifo nosso) a quebra de sigilo não envolveria a totalidade da turma e sim apenas três ou quatro alunos... Com base neste parecer inconcluso e omissivo, a direção da Eeva imediatamente solicitou as provas aos professores. Resolvemos então não entregar as notas até que a comissão de inquérito desse um parecer final. A partir daí, as notas foram lançadas por outros inteiramente à nossa revelia, que éramos responsáveis pelas disciplinas, e fomos demitidos.

Folha — O que esperam os demitidos?

Albino — Esperamos que o Ministério da Educação tome as providências necessárias para sanar as irregularidades e esperamos estar assim contribuindo para o aprimoramento e a integridade do ensino de Engenharia.

Mec promete sindicância

O Sindicato dos Professores e o Sindicato dos Engenheiros vêm agindo em conjunto com uma comissão de professores da Veiga, buscando coibir as irregularidades praticadas no curso de Engenharia Civil, prejuízo do ensino ministrado:

1. foi redigido dossiê, esclarecendo irregularidades que têm sido cometidas;

2. nota de esclarecimento e o dossiê foram enviados para a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Ande) e Associações de Docentes pedindo seu apoio na luta da Veiga;

3. foi concedida entrevista coletiva à imprensa em 17 de setembro;

4. entrega do dossiê ao delegado regional do Ministério da Educação, em 23 de setembro, com a presença de uma comissão de professores da Veiga, quando o assunto foi longamente debatido. O Mec comprometeu-se a realizar sindicância imediata para apurar os fatos;

5. denúncia das irregularidades no Congresso de Engenheiros do Estado do Rio, realizado em setembro.

DENÚNCIA

O Sindicato dos Professores e a União Estadual de Estudantes (UEE), diante da tentativa da direção da Veiga de Almeida em concluir com o atual diretório estudantil, de incompatibilizar o alunado com professores que foram direta ou indiretamente forçados a se afastar da Escola de Engenharia, vêm a público prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Vinte e nove professores do Departamento Civil foram demitidos e outros demitiram em solidariedade, exatamente por não aceitarem passivamente as irregularidades efetuadas pela direção da Veiga, com apoio dos diretores do DA, em contínuo desrespeito às decisões do Conselho Departamental.

2. São professores de renome, alguns inclusive, titulares credenciados junto ao Conselho Federal de Educação que politicamente criaram o curso de Civil, e que insurgiram contra seu desvirtuamento.

3. Um dossiê fartamente documentado apontando quebra de sigilo em provas, alteração de notas, quebra de pré-requisito, excesso de alunos por sala etc. já foi encaminhado ao Mec, que prometeu sindicância imediata para apurar os fatos.

4. Tais irregularidades são praticadas pela maioria dos estudantes, sinceramente empenhados em realizar o bom curso, e em proveito de uma minoria de "amigos e protegidos" do DA e da direção da Veiga de Almeida.

5. A luta dos professores para coibir abusos, garantir a qualidade dos cursos ministrados — o que só valoriza o diploma da instituição — e democratizar a Escola de Engenharia é de real interesse para todos.

A união de professores e alunos é decisiva para garantir a qualidade do ensino e a democratização da Universidade.

O parecer

"PARECER PARCIAL"

1. A Comissão de Inquérito, no consenso dos seus membros, após análise dos depoimentos constantes dos autos e levando em conta o prazo exíguo de quatro dias úteis, que lhe foi dado para as suas averiguações, só tem condição de emitir, até esta data, o seguinte parecer parcial:

1.1 — não existem até o presente momento provas concretas da quebra de sigilo das provas citadas nos diversos depoimentos;

1.2 — mesmo que provada fosse, a quebra de sigilo não envolveria a totalidade da turma e sim apenas três ou quatro alunos. Esta conclusão baseia-se nos próprios depoimentos dos professores;

1.3 — desta forma, não nos parece haver amparo legal, até agora, para qualquer atitude punitiva ou, pelo que está mencionado no item 1.1, para qualquer mudança na rotina didático-administrativa como, por exemplo, a eventual anulação de provas ou mesmo de mudança em suas datas de execução;

1.4 — se a Comissão de Inquérito pudesse dispor de maior prazo para a apresentação do Relatório Final, ela poderia aprofundar as investigações feitas até o momento e talvez, chegar, em consequência, a uma melhor elucidação dos fatos objetos do inquérito.

2. A Comissão solicita então, uma prorrogação do prazo para a entrega do seu parecer final, de mais 30 (trinta) dias.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1981. (a) Augusto José Maurício Wanderley, Emerenciano Torres Rodrigues, José Menezes Neto."

A prova da irregularidade

Ao: Chefe Depto. Engenharia Civil
Do: Aluno, João Francisco Leite Vieira

SOLICITAÇÃO:

Alteração do grau na P.
De 4,9 (quatro e nove) para 6,5 (seis e cinco)
Res. Mat. - 7,347

Qual a disciplina?
(Não encontrei inscric. em
nenhuma de 180/3.

RESPOSTA:

P = 4,9
1.2 = 4,9
P = 4,9
P = 4,9

O documento firmado pelo presidente do Diretório Acadêmico, Antônio C. Rozão Pinto, pedindo a mágia da modificação da nota

Os subúrbios são privados de sua única biblioteca

A Biblioteca Regional do Engenho Novo possui o segundo maior acervo da cidade, contando com cerca de 28 mil volumes. Atendendo principalmente a professores e alunos, recebia mais de 400 visitas diárias, sendo praticamente a única fonte de referência e consulta de toda a populosa região da Central do Brasil.

Situada em duas lojas da Rua Dias da Cruz, foi praticamente despejada no último mês de setembro, após cumprimento de ação de denúncia vazia impetrada em 1979 pelo comerciante

proprietário de uma das lojas. Recusando-se a comprar o imóvel ou mesmo conseguir um novo local para a instalação da Biblioteca, o Município "resolveu" a questão transferindo 20 mil livros para um depósito na Gamboa, privando assim de seu uso a comunidade local.

Entre surpresas e indignados, os moradores, através da sua Associação de Bairro — a Amme — e com o apoio do Sindicato dos Professores, vêm denunciando a situação absurda da desativação de fato da Biblioteca do Engenho

Novo. No dia 2 de outubro foi realizado um público de protesto contra a infeliz e arbitrária decisão do governo municipal. Após a intervenção de grande número de moradores, um documento contendo mais de mil assinaturas foi entregue à Secretaria Municipal de Educação. O abaixo-assinado não só denuncia o despejo como também reivindica do Município um local apropriado para a manutenção de uma das poucas bibliotecas públicas ainda existentes no Rio de Janeiro.

Em debate, a mulher professora

A CPDF coloca em discussão no dia 17 os problemas da mulher que leciona

A Comissão Pró-Departamento Feminino está propondo um debate sobre o tema *Mulher e Trabalho* para o dia 17 de outubro, às 14h, no Sindicato.

Por que esse tema?

A Comissão surgiu estimulada pelo fato de nossa categoria ser, em sua grande maioria, constituída de mulheres, que, além dos problemas gerais que atingem os professores, têm seus problemas específicos, como, professoras mulheres. E são esses problemas específicos que queremos discutir.

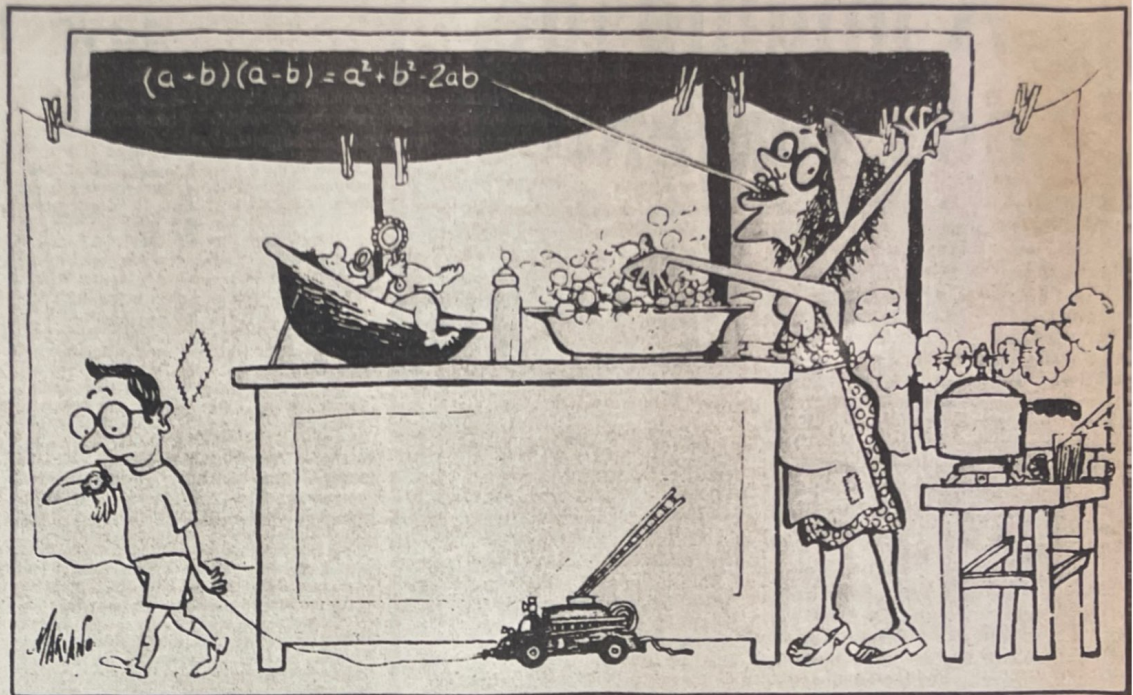
Como você resolve o problema de trabalhar fora e fazer os trabalhos da casa?

Onde você deixa suas crianças quando vai trabalhar?

Qual a causa da desvalorização do trabalho da professora primária?

Por que as professoras são discriminadas nos cursos de pré-vestibular?

Essas e outras questões serão aprofundadas no dia 17. A sua participação é fundamental.



Maria, profissão professora

O ruído do relógio mais uma vez a desperta de uma noite maldormida. A filha mais nova piorou a bronquite e ela se levantou várias vezes durante a noite.

Ela é Maria, professora primária há dez anos, trabalhando no Grajaú e morando no Méier. Tem dois filhos: um menino com cinco anos e a menina com três. Acorda às 5 para preparar o café da manhã das crianças e do marido e, ainda, para deixar o almoço já encaminhado. O marido acorda às 6h, sempre atrasado, e não a ajuda. A nenorzinha fica em casa da avó e, por isso, Maria tem que sair mais cedo para levá-la. O menino vai com ela, para o jardim de sua escola, mas só entra às 8h e Maria, que começa as aulas às 7, se desdobra nas atenções à turma e ao filho.

Na volta, precisa passar em casa da mãe por causa da filhinha. E a maratona recomeça: as crianças precisam de um banho; o almoço precisa ser terminado; "Ah! Se ao menos dormissem logo!"; a casa precisa ser arrumada; "Meu Deus! Amanhã preciso levar os cadernos corrigidos!"; "as compras precisam ser feitas"; "E esse salário que não dá para nada!"; "Que vou fazer para o jantar?"

Às 19h o marido chega, cansado do patrão, do trabalho, do sanduíche na hora do almoço, do ônibus cheio. Vê as crianças, mas não quer ouvi-las ou brincar com elas. Enquanto ele toma banho, Maria se convence a ir para a cama e o choro a irrita até que um grito resolve a questão.

O jantar é comido em silêncio, pois a novela já começou. A cozinha precisa ser arrumada. "e a aula de amanhã? Não rodei o exercício!" E o ruído do mimeógrafo mistura-se ao som da TV.

Às 23h, inteiramente esgotada, Maria vai para a cama. "Amanhã preciso acordar mais cedo. Não descasquei os legumes."

Esta é a vida de Maria. A sua é muito diferente?

Venha discutir conosco as dificuldades de ser mulher, mãe, dona-de-casa e professora.

Contamos com você!

Marcamos um encontro para o sábado, dia 17 de outubro, às 14h, aqui no Sindicato.

Discutiremos em grupo os problemas que nos atingem. Todas nós somos mais ou menos Marias.

Eis o temário da nossa discussão:

Mulher e Trabalho

1) A dupla jornada.

2) O problema da creche.

3) A discriminação contra a mulher em nossa profissão.

Esta é a nossa sugestão! Venha enriquecê-la!

E as crianças? Não se preocupe. Pensamos nisso também. Teremos atividades para elas. (CPDF)

DENÚNCIA

João Lira não paga e demite

As reclamações sobre atraso de pagamento e outras irregularidades nos levaram ao Colégio João Lira Filho, na Avenida Suburbana. Estivemos com os professores e nos reunimos com o professor Arildo, diretor do estabelecimento. O diálogo foi cordial e o diretor do João Lira reconheceu o atraso e prometeu saldá-lo ainda em julho, quando a Secretaria de Educação pagaria as bolsas de estudo. O tempo passou, as bolsas já foram pagas, e muitos professores continuam com salários em atraso, alguns há três meses.

Estivemos novamente no colégio, para esclarecer a questão com o professor Arildo, inclusive com duas professoras que reclamavam dos salários retidos. Desta feita não houve

sequer diálogo e as duas colegas foram demitidas. Como acreditar no diálogo com a direção de uma escola que se compromete (inclusive diante dos professores) a saldar seus débitos e não cumpre? O mínimo que se espera de um estabelecimento de ensino é que cumpra rigorosamente suas obrigações com os professores. Pagar em dia é obrigação, não é favor nenhum.

A situação é tanto mais absurda, porque é público e notório que o professor Arildo acaba de realizar um proveitoso negócio, em proveito de seu patrimônio imobiliário: a compra do Nossa Senhora do Amparo. Só não há dinheiro para os professores. As ações já estão correndo na Justiça. Vamos continuar marcando em cima.

Cenecista Tiradentes em débito

No dia 21 de setembro estivemos no Colégio Cenecista Tiradentes, em Coelho Neto, onde nos reunimos com a diretora Jandira Lima, que se dispôs a dar os esclarecimentos necessários. O estabelecimento reconhece o atraso no pagamento de alguns professores do segundo grau, alegando dificuldades econômicas, mas nega que esteja pagando abaixo dos pisos sa-

lariais. Fizemos ver à diretora que tínhamos conhecimento de carteiras com salário-aula menor que o piso e, para evitar dúvidas, entregamos em mãos cópia do acordo salarial de 1981, que já foi publicado no Diário Oficial (3.9.81). A professora Jandira comprometeu-se a enviar ofício ao Sindicato, esclarecendo os pontos levantados.

13º reajuste automático para o professor servidor

Reunido no Rio nos dias 11, 12 e 13 de setembro, o Conselho de Representantes da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil definiu uma série de reivindicações que interessam aos professores vinculados ao serviço público, como a adoção do reajuste semestral automático, a concessão do 13º salário e a instituição do direito de sindicalização para o funcionalismo.

Decidiu o Conselho da CSPB iniciar uma mobilização dos servidores públicos, em âmbito municipal, estadual e federal, visando à conquista de uma série de reivindicações prioritárias, assim definidas:

1. imediato envio ao Congresso Nacional dos anteprojeto de lei do novo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União;

2. estabelecimento, a partir de novembro próximo, do reajuste de vencimentos dos servidores públicos da União, para transformá-los em reajustes semestrais normais e contínuos;

3. concessão do 13º salário aos servidores públicos em geral a partir deste ano, e com esse fim concitar as entidades de classe a enviar mensagens aos senadores e deputados em apoio à emenda constitucional do deputado Osvaldo Macedo que institui aquele benefício;

4. intensificação da campanha para o reconhecimento do direito de sindicalização, livre e autônomo, dos servidores públicos, com a consequente ratificação pelo Governo Federal da Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho;

5. fim da manipulação dos índices de reajuste dos vencimentos e salários dos servidores pú-

blicos, a qual ficou clara na proposta orçamentária enviada pelo Governo Federal ao Congresso, pois o projeto diminui o percentual destinado ao custeio de pessoal.

6. restabelecimento da paridade entre os proventos da aposentadoria e a remuneração do pessoal da ativa.

O Conselho da Confederação dos Servidores pronunciou-se também sobre a proposta do Executivo de mudança da legislação da Previdência Social, para firmar sua posição contrária a uma série de medidas propostas pelo Governo. A entidade dos servidores condena estas proposições do Executivo:

1. a redução do percentual de 10% sobre o INPC para os aposentados que percebem até três salários-mínimos, porque o Governo deve se preocupar em assegurar uma remuneração condigna para os aposentados, e não diminuir o que é pago àqueles que já são os brasileiros de pior remuneração;

2. a redução de 75% do valor da remuneração dos aposentados que voltarem à atividade, porque se eles voltam a trabalhar é precisamente em razão das necessidades e mesmo da miséria a que são condenados os trabalhadores que se aposentam;

3. o corte nas verbas de prestação da assistência médica da Previdência Social, o único serviço que o povo conta no setor de saúde. A proposta do Governo, diz a Confederação, contém o perigo de transferência do setor de assistência estatal para a iniciativa privada, área em que há grupos internacionais muito interessados.

EDITORIAL

A iniquidade dos aumentos

Neste mês de outubro nós professores vamos enfrentar o quinto reajuste salarial desde a entrada em vigor da atual lei de salários. O termo enfrentar cabe bem no nosso caso, que a essa altura sentimos de modo claro e contundente a iniquidade da fórmula de aplicação do INPC. Como se já não bastasse a manipulação do índice, que não reflete a realidade do aumento do custo de vida, a divisão do salário mínimo por 240, considerando uma carga diária de oito aulas, em clara contradição com a CLT, que estabelece um teto de seis aulas, achata de modo galopante os salários do magistério.

Apesar dos substanciais aumentos dos pisos salariais obtidos nos três últimos anos, considerável parcela da categoria tem tido seus salários corrigidos muito abaixo do confiável índice, vendo deteriorar-se aceleradamente suas condições de vida, já de qualidade discutível. Este quadro tem dois reflexos facilmente constatáveis. Por um lado os professores são obrigados a aumentar sua já exagerada carga horária, tentando assumir mais aulas, tarefa difícil numa categoria duramente atingida pelo desemprego. Por outro lado os donos de escolas, principais beneficiários da nova lei, auferem lucros em níveis altíssimos, reajustando semestralmente as mensalidades de seus alunos — sem aplicar, naturalmente, este reajuste em

faixas, como fazem na aplicação do INPC aos salários dos professores — muitas vezes acima dos generosos índices fixados pelo Conselho Federal de Educação. Ampliam as instalações de suas escolas, adquirem novas áreas, enchem os cofres. Enquanto isso, a sobrecarga de trabalho dos professores acarreta queda significativa na qualidade do ensino.

Sacrificam-se os mestres, os alunos e seus pais. Os professores vítimas de superexploração, os pais mordidos avidamente no já comprometido orçamento familiar, e alunos suportando a má qualidade do ensino que recebem. Os professores não agüentam mais. A comunidade servida por essas escolas atinge o limite da paciência.

Nas escolas onde o problema é mais agudo, cresce o movimento dos professores pela correção dos salários em nada menos que o INPC sem aplicação das famigeradas faixas (que "corrigem" os salários dos professores como se estes fossem executivos de multinacionais). Devem mobilizar-se pais e alunos na resistência aos aumentos abusivos.

O Sindicato entende que as faixas que percebem ligeiramente acima do INPC devem continuar a recebê-lo e o que propõe e defende é que as demais faixas recebam no mínimo o índice. O Sindicato estará à frente da luta desses colegas sistematicamente lesados por essa fórmula inadmissível de cálculo salarial.

Novos tempos, novas tarefas

Jair de Souza

O processo de conquistas democráticas que tem marcado a sociedade brasileira a partir da grande derrota do Governo nas eleições parlamentares de 1974 fez-se sentir também nesta imensa categoria profissional que são os professores. Apesar de nossa importância numérica e do papel fundamental que desempenha na formação e preparação das novas gerações, nossa participação tinha até recentemente uma característica de acentuada passividade à utilização de nosso trabalho. Há de se entender que essa passividade era, um alto grau, o resultado de mais uma década de obscurantismo que imperou em nosso País.

Nesse período, nossa categoria sofreu severas baixas, com a cassação, arbitrária de muitos de nossos melhores expoentes (como Paulo Freire e Manoel Maurício, para exemplificar) e nossas entidades de classe sofreram as mesmas medidas de perseguição e esvaziamento que o Governo lançou contra a organização sindical dos trabalhadores em geral. Nos últimos três anos, os professores têm sido uma força constante nos embates travados para modificar essa situação. As infirmas greves empreendidas em diversos Estados são dadas testemunho de nossa disposição de impedir a continuidade do aviltamento de nossos salários.

Dando prova, mais uma vez, da coerência dialética, que não dissocia a atuação das organizações sindicais do movimento dos trabalhadores que elas representam, os sindicatos e associações de professores passaram, em quase todos os locais onde houve movimento forte, por grandes mudanças qualitativas e hoje se encontram à frente da luta. Neste ponto os professores que, no início de 1978, se constituíram a Chapa Unidade e Renovação, opondo-se o imobilismo até então vigente no Sindicato, tinham clareza suficiente para saber que a força da categoria, se dirigida de forma correta, era capaz de reconquistar esse poderoso instrumento para nossa causa.

A confiança que depositamos no professorado não nos decepcionou. Com a mesma clareza, entendemos a questão de nossa organização a nível nacional. Partiram de nossa Diretoria algumas das principais propostas que viam a permitir que o avanço do movimento do magistério público por todo o País se refletisse na postura e na estruturação da Confederação de Professores (CPB). Cite-se, para ilustrar, o Encontro Nacional de Professores, realizado em Rio de Janeiro em 1980. A presença pujante da categoria do Rio de Janeiro nesse evento veio a somar com outras correntes que também se deram a derrotar o imobilismo.

Desse modo, as resistências foram vencidas. A realização do Congresso Nacional de Professores, em janeiro deste ano, em participação no Seminário Nacional de 5.692, em Blumenau, em abril passado como sua presença constante em todas as lutas travadas pelos professores de todo o País deram à CPB o respaldo e a autonomia de uma organização nacional unitária de professores. Tendo aprendido a atuar de modo coerente, desde as relações dia-a-dia até aquelas de âmbito nacional, temos agora para o Congresso de 1982.

Precisamos compreender que, ainda que as condições salariais continuem sendo de luta puramente econômica já foi hoje, cabe-nos a tarefa de apresentar à sociedade uma proposta que vise à melhoria quantitativa de nosso ensino, colocá-lo a serviço dos reais interesses da maioria de nossa população. A defesa do ensino público e gratuito para todos (de direito) e a melhoria de sua qualidade são questões que, como outras, não terão condições de serem decisivas sem o comprometimento da categoria.

Aos professores, por seu campo de atuação específico, cabe deflagrar o processo de esta unificação de forças. A discussão conjunta aos pais de alunos, nas reuniões com os moradores e com as outras entidades de trabalhadores, é uma prática que pode ser criada ou incrementada onde já existe. A participação no Congresso Nacional de Professores em 1982, em Curitiba, por exemplo, foi o grande foro para lançarmos, de forma clara, esta questão para toda a Nação.

De tudo o que foi dito, quero concluir que estamos nos aproximando de um evento histórico para ser um novo marco na luta por um dos mais elementares direitos humanos: a educação. Nada mais justo prepararmos para ele.

A categoria está de parabéns

Francílio Pinto Paes Leme

A esmagadora vitória da chapa 1, vencendo nas 11 urnas, representa por parte do professorado a legitimação do programa por ela defendido durante a campanha eleitoral. Assim, os professores se decidiram por um programa que sustenta claramente o papel dirigente do Sindicato exercido por sua Diretoria, de acordo com as decisões tomadas pela instância de poder maior, que é a assembleia-geral; a participação da categoria na entidade, através da organização pela base, formada por representantes sindicais

eleitos nas escolas; a participação na Unidade Sindical e na construção da Central Única dos Trabalhadores; enfim, a continuação da visão política sindical da diretoria anterior.

Neste momento de profunda crise econômica e crise no ensino, devemos somar todas as forças na defesa dos interesses do professorado. Se a unidade é o objetivo de todos, devemos saber que terminadas as eleições acaba a oposição. Agora trata-se de trabalhar para fortalecer o Sindicato, encaminhando as grandes reivindicações dos professores.

Estamos conscientes de que os professores muito esperam da nova diretoria, realmente identificada com o conjunto da categoria e portanto em condições de levar adiante, com empenho e dedicação, as tarefas de construir um sindicato sólido, representativo, democrático e não anárquico; combativo, e não aventureiro; enraizado nas bases, dentro das escolas, e não fora delas; e desvinculado de qualquer partido político. A categoria realmente está de parabéns.

Os companheiros do Senai, afastados do Sindicato através de um golpe

patronal, calcado em decisão da Comissão de Enquadramento do Trabalho, continuam pela sua reintegração ao seu sindicato, o Sindicato dos Professores.

Nosso Departamento Jurídico de encaminhar à Comissão de Enquadramento um processo demonstrando que os instrumentos legais desse segmento profissional não são aplicáveis ao nosso Sindicato. Já passados dois anos, os colegas continuam dando a sua combatividade na defesa de seus interesses.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar —
Cep 20030 — Sede própria
Telefones 240-4130 e 240-4030
Rio de Janeiro, RJ

Diretoria

Efetivos
Presidente:
José Monreivi Ribeiro

Vice-presidente:
Robespierre Martins Teixeira
Tesoureiro:
Jurema Gomes da Silva

Primeiro-secretário:
Francílio Pinto Paes Leme
Segundo-secretário:
Ricardo B. Marques Coelho
Procurador:
Roberto Vizeu Barros
Diretora do Patrimônio:
Beatriz Vieira de Resende

Suplentes:
Agildo Francisco dos Santos
Anita Fátima Gomes dos Santos
Eduardo Fernandes Quadra
Heliuss Skinner
Joacy Santos

José Livieto de Medeiros
Mária de Lourdes Tavares Henriques

Conselho Fiscal

Efetivos
Ana Maria Szapiro
Diva Lúcia Gauterio Cande
Thales Faco Magalhães da Cunha
Suplentes:
Antônio Rodrigues da Silva
Gilson Puppim
Murilo Martins Jordão

Delegados à Federação

Efetivos
José Monreivi Ribeiro
Jorge Luiz de Souza e Silva
Suplentes
Paulo Fábio Salgueiro
Francisco Brossard Corrêa de Mello

FOLHA DO PROFESSOR

Conselho de Redação
Ana Maria Szapiro
Francisco Brossard
Murilo Martins Jordão
Diretor responsável:
Robespierre Martins Teixeira
Edição: Maurício Azeiteiro
Arte: Selma Campos e Enoc F. R.
A Diretoria não se responsabiliza por artigos assinados. O jornal não colabora com os associados. O acúmulo de matérias obriga a seleção daquelas que serão publicadas, sejam julgadas de maior importância para a categoria. Composto e impresso na Gráfica Jornal do Comércio, Rua do Livramento, 283-2284, Rio de Janeiro.

Docentes param no País todo

A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior — Andes convocou uma semana de mobilização que culminou com o Dia Nacional de Paralisação em Defesa da Educação. No dia 23 de setembro, diversas universidades e faculdades em todo o País interromperam seus trabalhos para discutir problemas do ensino superior, as condições de trabalho dos professores e as formas de luta pela melhoria da educação. Um documento com reivindicações fundamentais do movimento dos docentes do ensino superior foi entregue ao ministro da Educação, general Rubem Ludwig.

No Rio de Janeiro, aderiram à paralisação a UFRJ, a UFF, a Universidade Federal Rural e, da rede privada, a Universidade Santa Ursula, a Faculdade Notre Dame e o Centro Unificado Profissional. Ao todo, cerca de 10 mil professores do ensino superior pararam as aulas em defesa da educação.

A Andes também participou ativamente das manifestações dos trabalhadores contra o desemprego, no dia 19 de outubro, programadas pela Conclat. Neste dia 15 de outubro a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior terá uma audiência com o ministro da Educação.

Todas as associações de docentes do ensino superior estão sendo convocadas para as próximas reuniões organizadas pela Andes: nos dias 9 a 10 de outubro, na Puc de Porto Alegre, reunião das ADs das instituições de ensino superior particulares; nos dias 23 e 24 de outubro, em Brasília, DF, reunião das ADs das instituições de ensino superior autárquicas; e em 31 de outubro e 1 e 2 de novembro, reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes — Conad, em São Luís do Maranhão.

São estas as reivindicações fundamentais do movimento dos docentes do ensino superior apresentadas ao ministro da Educação:

- ensino público e gratuito para todos;
- ampliação (do percentual do orçamento federal destinado à educação para 12%;
- questão salarial e de enquadramento dos professores das instituições de ensino superior autárquicas, com o enquadramento imediato e equânime dos docentes admitidos após 31 de dezembro de 1979;
- reajuste semestral para as autarquias federais e estaduais;
- exclusão das fundações da Lei 6.733 e envio ao Congresso Nacional do projeto de carreira para estas instituições;
- estabilidade no emprego durante o ano letivo para os docentes das instituições particulares.

A Diretoria define sua organização

A nova Diretoria do Sindicato aprovou em sua primeira reunião o plano inicial de organização para o desenvolvimento das atividades do Sindicato. O plano prevê o desenvolvimento do trabalho sindical a partir da distribuição das responsabilidades por setor. Os setores e seus responsáveis são estes:

- Finanças: Jurema.
- Jurídico e Assistência Social: Peninha.
- Secretaria: Francílio.
- Patrimonial: Beatriz.
- Comunicações: Robespierre.
- Delegacia de Campo Grande: Joacy.

Serão formadas também comissões, permanentes ou não, abertas, que serão coordenadas por membros da Diretoria e estão à disposição das colegas que quiserem se integrar no trabalho. Como ponto inicial já se encontram formadas as seguintes comissões, com os responsáveis já designados:

- Cultural: Anita.
- Sindicalização: Antônio.
- Feminina: Lourdes.
- Memória Sindical: Agildo.
- Ecologia e Lazer: Joacy.
- Salarial: Fábio.

As Comissões funcionarão como grupos de estudo, planejamento e execução. As deliberações sobre o planejamento proposto serão tomadas pela Diretoria. (Ver o noticiário da posse da Diretoria nas páginas seguintes)

A confraternização no Dia do Professor

FOTO EMBRAFILME

O Sindicato programou dois churrascos, um torneio de futebol, uma sessão de cinema e, dias depois, uma mesa-redonda e um baile oferecido pelos bancários.

Para comemorar o Dia do Professor, a Delegacia Sindical de Campo Grande e a Comissão de Ecologia e Lazer organizaram um churrasco para o sábado seguinte, na Fazenda Mineira. O preço do churrasco é de Cr\$ 200,00, e os ingressos serão vendidos antecipadamente até o dia 16. Haverá condução partindo da Delegacia Sindical, Rua Barcelos Domingos, 112, Campo Grande. O preço da passagem no ônibus é de Cr\$ 300, ida e volta.

FUTEBOL E CHURRASCO

Também por iniciativa da Comissão de Ecologia e Lazer, o Dia do Professor será assinalado no Méier por um torneio de futebol seguido de churrasco. A promoção está programada para o Atlas Atlético Clube, situado na Rua Vilela Tavares, 169, e terá início às 9h da manhã. Os colegas interessados poderão dirigir-se diretamente à sede do Atlas, com o conveniente preparo físico: para o futebol e para o ataque ao churrasco.

CINEMA

No dia 15, às 18h, o Sindicato promoverá uma sessão de cinema, que será seguida de um bate-papo, sobre o filme e coisas gerais, com uma batidinha e um tiragosto. O filme foi especialmente escolhido: *O Homem Que Virou Suco*, de João Batista de Andrade, premiado no Festival Internacional de Cinema de Moscou e que apresenta o ator José Dumont numa dupla caracterização num desempenho extraordinário.



José Dumont (à dir.) no grande desempenho que poderá ser visto no dia 15

O filme mostra a história de um trabalhador que enlouquece ao receber o título de *Operário-Padrão* e cria problemas para um sócio, um poeta de cordel nordestino, que passa horrores até se desfazer o equívoco. Lançado sem grande aparato, por se tratar de uma 'realização' que não contou com os recursos das grandes produções estilo *Beijo no Asfalto*, *O Homem do Suco*, como ficou conhecido, foi redescoberto depois que um júri internacional lhe conferiu o prêmio do Festival de Moscou.

Além de mostrar a história do *Operário-Padrão*, *O Homem do Suco* apresenta uma panorâmica do mundo do trabalho em São Paulo e das condições de vida das populações da periferia da cidade, cujas carências explodem agora no noticiário dos jornais. É uma obra, pois, que permitirá re-

flexões interessantes, entre uma bebidinha e um salgado.

MESA-REDONDA

No dia 23, às 19h, sob a coordenação da professora Maria Helena Silveira, o Sindicato promoverá uma mesa-redonda sobre Educação e os Meios de Comunicação de Massa. Participarão do debate profissionais ligados ao teatro, ao cinema, à televisão (TV Educativa, *Globo Repórter*), Departamento do Filme Cultural da Embrafilme e Educo.

BAILE

O Sindicato dos Bancários dedicará sua tradicional gafeira da última sexta-feira do mês (30 de outubro) ao corpo social do Sindicato dos Professores. A gafeira é realizada na sede do Sindicato dos Bancários, Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar, com um som muito embrassado.

Pensar, professor. Pensar

No Brasil as comemorações geralmente são transformadas em atos comerciais. Mesmo as datas mais caras se tornam objeto de manipulação, que as destitui do conteúdo original. Assim se diluem as tradições da nossa cultura, que não ficam enraizadas no sentido do povo, por seu sacrifício a interesses mercantis.

Para nós do magistério, o Dia do Professor é uma tradição que não pode ser diluída, liquidada na torrente que devora tantas outras datas cheias de significado por diferentes motivos. Por isso temos empenho em que o Dia do Professor seja marcado pelo encontro e pela confraternização dos professores em sua casa, o nosso Sindicato, e em promoções por este organizado, como as que constam do programa que ora divulgamos.

Em 1980 não tivemos oportunidade de uma comemoração com tom festivo como agora: a 15 de outubro passado a cerimônia do Dia do Professor foi marcada pelo desencanto, num gesto de saudade, da placa que perpetuou para sempre nas paredes e na

memória do nosso Sindicato o nome de um combatente — o professor José de Almeida Barreto. Evocamos então o companheiro de muitas lutas, líder da categoria em sentidas reivindicações, como esta da aposentadoria aos 25 anos, de recente conquista. Aquele foi um dia de ternura mas também de tristeza — uma tristeza que não podíamos evitar.

Este ano vamos comemorar o Dia do Professor à la Barreto — reunidos no Sindicato, rindo, ciosos da importância da nossa categoria para a construção de uma sociedade melhor, para a construção de uma nação próspera, independente e profundamente democrática — uma nação muito diferente desta que conhecemos e com que convivemos hoje. Nesse encontro e nessa confraternização poderemos desdenhar, juntos, daqueles que nos querem transformar em agentes de uma educação antidemocrática, em peças de sua máquina de lucros. Juntos, nesse dia e sempre, poderemos encontrar o caminho que nos conduza à largueza de itinerários comuns.

e de representantes do Sindicato dos Professores, do Centro Estadual de Professores — Cep, e da União Nacional dos Estudantes.

Durante o debate, vários dos presentes salientaram a importância da ação da comunidade na discussão da questão educacional, a exemplo do que se fez em relação à saúde, hoje uma aspiração que mobiliza a população, sobretudo nos subúrbios e áreas carentes do Estado. A idéia ganhou força ao longo do exame de problemas do ensino, em que os presentes encareceram a necessidade de mais verbas para a escola pública e de melhoria do ensino supletivo, ao mesmo tempo que denunciavam a elitização do ensino.

É com este sentimento, também, que temos de aproveitar a oportunidade do Dia do Professor para uma reflexão sobre o tratamento que a sociedade tem dispensado à nossa categoria, com que grau de apreço ela avalia a significação da missão social que exercemos. Seja em termos de sociedade civil, através de suas instituições representativas, seja em termos de Estado, pelos órgãos de administração da coisa pública, os professores têm recebido adequada contrapartida pelos serviços que prestam ao bem comum? A sociedade e o Estado lhes asseguram condições para que seu desempenho social alcance a eficácia desejável? As retribuições materiais correspondem ao esforço, à qualificação e ao desprendimento do pessoal do magistério? O professor é o quê daqueles a quem serve: um empregado subalterno, que só deve obediência, ou um preceptor, que inspira admiração e respeito?

Quais são as nossas próprias respostas a essas interrogações? Pensar, professor. Pensar. Sobre tudo em nosso dia.

Tanto os moradores como os educadores concluíram que a comunidade deve fazer pressão sobre a escola para o cumprimento da carga de 720 horas prevista na legislação, bem como exigir a contratação de professores para evitar a compressão de turmas e a redução de turno. Os participantes discutiram também a importância da participação da comunidade para a organização de creches nas comunidades autoqueridas.

A proposta de realização do Encontro Popular pela Educação será encaminhada à Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — Famerj, para que discuta a iniciativa com o Sindicato e o Cep.

Encontro Popular pela Educação

A realização de um Encontro Popular pela Educação, à semelhança daquele dedicado à saúde, foi uma das sugestões formuladas no debate promovido pela Associação de Moradores do Méier, a 19 de setembro, com a participação da educadora Maria Helena Silveira

Precisamos de um Sindic

**Este é o caminho dos
professores na luta maior
pela justiça social,
diz o professor Monrevi,
reeleito presidente,
na cerimônia de posse.**

Ao discursar em nome da Diretoria que assumia, na cerimônia de posse realizada a 18 de setembro no auditório do Clube de Engenharia, o presidente do Sindicato dos Professores, José Monrê Ribeiro, reeleito pela Chapa 1 com 65,12% dos votos válidos, defendeu a construção de um sindicato forte, atuante e democrático, porque o caminho para enfrentar "os exploradores do professorado na categoria econômica" é a luta, é a ação conjunta.

Ao iniciar seu discurso, o professor Monrevis fez uma reflexão sobre o destino da Humanidade e como o movimento sindical se insere no conjunto da vida social. Disse o presidente reeleito:

"Que Futuro Espera a Humanidade?" Este foi o tema de um Encontro Internacional de historiadores, economistas, sociólogos e filósofos, em maio de 1961, na Abadia de Royaumont, em Paris. Esse Encontro estabeleceu um diálogo entre marxistas e não-marxistas, fundamentado nas questões mais importantes enfrentadas pela Humanidade, confrontando concepções sobre as formas de progresso nas sociedades socialistas e capitalistas.

Na verdade, a humanidade é uma incógnita para o próprio gênero humano, cujo sentido é uma indagação. Mas significa, com isso, aceitar, sem discussões, a concepção existencialista de Heidegger, segundo a qual a "a existência é uma aventura de sua própria impossibilidade"? Heidegger vê na morte o próprio sentido da vida. Estas considerações têm a intenção de mostrar a preocupação de homens de ciência com o destino da Humanidade, não importa sua ideologia.

Pondo-se de lado as questões filosóficas sobre o sentido da vida e da Humanidade e pensando-se o homem como sujeito e objeto da vida social, deve-se considerar a História da Humanidade como a História do próprio desenvolvimento da sociedade humana, das transformações pelas quais ela tem passado. Neste quadro insere-se um ponto específico, que é o das lutas sociais, no decorrer das quais nasceu o sindicalismo, como movimento de organização social dos trabalhadores.

Oriundo do movimento de reivindicações e de resistência do operariado contra o estado de inferioridade econômica e social a que fora submetido pelo patronato, o sindicato autêntico é uma instituição que se caracteriza pela luta aberta contra a classe dominante, enfrentando, também, o Estado, como esteia da própria classe dominante. A luta sindical manifesta-se nas mais variadas formas de ação sindical. É certo que a ideologia predominante de um regime social ou determinada forma de governo, por exemplo, pode dificultar a ação sindical.

No Brasil, com o desenvolvimento capitalista começaram a crescer, em consequência, a classe trabalhadora e as contradições de classes. Os trabalhadores tiveram, então, de se organizar em sindicatos, mas sob o estrito controle do Estado, quando se configurou, plenamente, a interferência do poder público no conflito entre o capital e o trabalho. Assim, a organização trabalhista ficou atrelada ao Estado.

Embora a partir da década de 50 o controle do Ministério do Trabalho tenha



Monrevi: justiça para todos.

sido menos rigoroso, em 1964 o Governo asse-
nhoreou-se das organizações sindicais e da
classe operária, eliminando, então, de suas
atividades destacados sindicalistas, passa-
do os trabalhadores a sofrer, indefesos, o
ônus do controle inflacionário. O conformi-
smo do Executivo, a impotência do
Legislativo e a insensibilidade do Judiciário
passaram a ser garantias de sustentação
das classes dominantes, da burguesia.

Obstáculo na luta contra a exploração das classes dominantes tem sido a política de estímulo à colaboração de classes. Mas o sindicato, organização destinada a orientar a luta dos trabalhadores, não pode e não deve, por princípio, compactuar com essa política. Surge, então, a necessidade de elevação da consciência política dos trabalhadores, condição indispensável ao êxito nas lutas sindicais."

NOSSO PAPEL

O professor Monrevi destacou em seguida a missão que cabe ao nosso Sindicato:

“Assim entendendo o sindicalismo, a ação do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, organização que se tem destacado na vasta gama de atividades que vem empreendendo, tem de se voltar para o movimento no sentido de criar forte sentimento de classe, despertando os professores para os problemas da categoria e as lutas a empreender.

Para isso, há de se contar com todos os companheiros membros da direção e da administração sindical, assim, como com os demais ativistas, os quais certamente, assemelharão, quando for o caso, as idéias e os métodos de combate à classe dominante e, em particular, aos exploradores do professorado na categoria econômica.

Os professores do ensino particular, massacrada categoria profissional da classe trabalhadora, estão acossados em um verdadeiro beco sem saída. E para quem apelar: para o Executivo? para o Legislativo? para o Judiciário? Tudo indica que nenhum dos três poderes abrirá o caminho da solução desejada.

Há alguma dúvida, então, sobre a necessidade de união do professorado e de sua integração na luta maior junto às classes exploradas, visando à mudança da estrutura social? Que futuro espera a sociedade sem essa mudança social? A união de todos os sindicatos e com o Sindicato é um caminho a trilhar. Sindicalismo é luta, é ação-conjunta. Por um Sindicato forte, atuante e democrático. Pela Unidade Sindical. Por um sentido de justiça para todos na sociedade."

A eleição alargou nos

O processo eleitoral que se desenvolveu em nosso Sindicato e que culminou com a posse da nova diretoria, no dia 18 de setembro, representou um marco na afirmação da alta representatividade da nossa entidade e da Diretoria eleita junto aos professores, às demais categorias de trabalhadores e ao conjunto da sociedade. A expressiva presença dos professores, tanto no processo de votação quanto na solenidade de posse, é a marca da crescente importância do Sindicato dos Professores junto à categoria que representa.

O desenvolvimento da campanha eleitoral — cuja tônica foi a discussão do papel do Sindicato na sociedade, da forma de direção da entidade e do

modo de encaminhamento das
— abriu o espaço necessário à
ticipação do professorado na vida
dical e reforçou o espaço de
ticipação do professorado na vida
dical. A eleição referendou a
político-sindical defendida pela
Diretoria. Pela chapa que se tornou
nova diretoria.

O expressivo comparecimento das lideranças sindicais do Município dos Estados — quer por sua presença física, quer por suas manifestações de apreço — mostra que a nova História é considerada como peça importante e capaz no encaminhamento junto com todos, das lutas dos trabalhadores por nossos direitos.



Os professores lotaram o Clube de Engenharia. Após a posse houve uma ch

“Que a vitória sirva à união”

A Diretoria do Sindicato recebeu dezenas de mensagens de congratulações por sua posse e por sua vitória nas eleições de agosto, "através das quais ficaram demonstradas — como disse em carta o professor Jorge Iriarte Kayser — as tendências livres e democráticas da grande maioria do professorado em saber escolher realmente aqueles que tudo deram e tudo tentaram fazer em prol da nossa categoria".

"Por favor — diz o professor Iriarte Kayser na carta que enviou ao professor José Monrevis —, receba e transmita aos demais membros da Diretoria que ora é confirmada no comando do nosso Sindicato votos efusivos de felicidade e de que o novo período iniciado com o referendo das urnas sirva verdadeiramente para unir os professores em torno de uma bandeira nacional de luta: educação, liberdade e unidade."

O Sindicato recebeu ainda estas mensagens de professores e associados:

Do professor Carlos Teixeira: "Impossibilidade de comparecer à posse por me encontrar em convalescença de grave enfermidade, envio cumprimentos pela vitória garantidora da unidade e da democracia entre nossa sofrida classe".

Dos professores Ilza e Luiz Flávio Autran: "Nossos votos de sucesso na continuação da luta pela dignidade da profissão".

Do professor José Luis Werneck de Vas-
ta: "Agradeço a gentileza do convite da
se da Diretoria recém-eleita. Formulo
sinceros de seu êxito pessoal e de suas
panheiros na condução das lutas de
goria dos professores".

Do professor Benedito Alves da
"Desejo-lhes boa sorte na próxima
tração. Sei que capacidade e dedica
trabalho não lhes faltarão nos mo
necessários, para elevar ainda mais
conceito do Sindicato dos Profess
Rio".

Dos professores e da direção do
Abertura Vestibulares: "Parabéns
brilhante vitória".

Do professor Célio Meira: "Abraço eleição para novo mandato a toda retoria".

Do professor José Rodrigues da
"Transmito aos companheiros eleitos
de feliz gestão".

Da professora Maria José
"Parabéns pela vitória que também
sa".

Dos professores do GPI: "Assim, nos às manifestações de júbilo por vitória democrática na recente

Da professora Peônia Guedes: "sucesso extensivos aos companheiros Diretoria".

tuante, forte e democrático



Jorge Luiz (à dlr., com Godofredo e Monrevi): Vamos somar esforços pela categoria

Alerta contra o desemprego

Em seu discurso como presidente da sessão de posse da nova Diretoria do Sindicato, o professor Jorge Luiz de Sousa e Silva, que ocupou a vice-presidência na gestão anterior, chamou a atenção para a necessidade de se enfrentar o desemprego, problema que já é preocupante e poderá agravar-se no fim do ano.

Jorge Luiz, eleito para novo mandato, agora como representante do Sindicato no Conselho da Federação dos Trabalhadores em Ensino, fez também um apelo para que se proceda "ao imediato rescaldo das fagulhas produzidas nos atritos da campanha eleitoral", a fim de "reaproximar companheiros que, tendo militado na Chapa 2, estejam dispostos a retomar a luta ao nosso lado, somando esforços em benefício do Sindicato e da categoria".

O professor destacou que a eleição de agosto foi um marco na história do Sindicato e constituiu a última das expressivas realizações da Diretoria anterior, entre as quais citou a elevação real dos pisos salariais, o primeiro contrato coletivo dos professores do terceiro grau, o entrosamento com o professorado da rede pública, a vitoriosa campanha pela aposentadoria e a instalação da Delegacia de Campo Grande.

"Forçoso é reconhecer que muito ficou por fazer", disse o professor Jorge Luiz, acentuando a necessidade de se ampliar o quadro social e mobilizá-lo para as campanhas sindicais; articular o movimento sindical dentro das escolas; implantar outras delegacias; ampliar a sede física do Sindicato.

DOIS GRANDES MOMENTOS

"O Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro viveu, neste ano de 1981, dois grandes momentos: o primeiro ocorreu a 31 de maio, quando a nossa entidade completou 50 anos de existência. O segundo foi o recente episódio da eleição da Diretoria que hoje toma posse", disse Jorge Luiz ao iniciar seu discurso.

"Não é descabida a citação dos dois eventos lado a lado. A eleição que acaba de se realizar é um marco na história centenária do Sindicato. Basta que nos lembremos de que, em 1978, fomos eleitos por pouco mais de 400 companheiros, num colégio eleitoral de pouco mais de mil professores e que hoje toma posse uma diretoria sufragada por mais de 1300 professores, num colégio eleitoral de mais de 3 mil associados.

Portanto, triplicaram os votos dados à chapa vencedora, triplicou o colégio eleitoral. São números extremamente expressivos que atestam, por si só, o quanto cresceu o nosso Sindicato no triênio que ora se encerra. Mas não é apenas o aspecto quantitativo que fez desta eleição um marco na história do Sindicato dos Professores.

Foi principalmente o caráter efetivamente democrático do pleito, para o qual a Diretoria da entidade fez questão de criar condições operacionais e materiais para que as chapas concorrentes pudessem levar a todos os associados,

em igualdade de condições, suas propostas, seus programas, sua propaganda. A própria organização do pleito, com 11 urnas, das quais cito volantes, espalhadas pelo Município, bem comprova o empenho da Diretoria em propiciar à categoria as melhores condições para o exercício do voto.

O pleito foi, assim, a última das expressivas realizações da Diretoria que hoje vê encerrar-se o seu mandato. A elevação dos pisos salariais, muito acima dos níveis da inflação; o primeiro contrato coletivo de trabalho dos professores do terceiro grau; o entrosamento com o professorado da rede pública, expresso particularmente por ocasião das greves de 1979, liderada pelos companheiros do valeroso Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro; a vitoriosa campanha pela emenda constitucional da aposentadoria da qual o nosso Sindicato foi um dos baluartes; a instalação da delegacia sindical em Campo Grande, a primeira na história do Sindicato, são outros pontos que merecem registro especial".

OS DESAFIOS

"Forçoso é reconhecer que muito ficou ainda por fazer. A grande parcela de professores que se mantém afastada da entidade, não apenas da efetiva participação no movimento sindical, mas do mero ingresso no quadro de associados, precisa ser ganha para a luta. O espaço físico da nossa sede necessita com urgência ser ampliado, já que, insuficiente para o dia-a-dia de hoje, tornar-se-á em breve impraticável; a articulação do movimento sindical dentro das escolas, iniciando um trabalho concreto de organização de base; a implantação de outras delegacias sindicais, política correta de descentralização das atividades sindicais, o que a Delegacia em Campo Grande já comprovou, são algumas metas que, se alcançadas, tornarão bem sucedida a gestão que ora se inicia.

Além desses problemas, digamos estruturais, há dois outros, conjunturais, que exigem a imediata atenção da nova Diretoria. Primeiro, proceder ao imediato rescaldo das fagulhas produzidas nos atritos da campanha eleitoral e reaproximar companheiros que, tendo militado na Chapa 2, estejam dispostos a retomar a luta ao nosso lado, somando esforços em benefício do Sindicato e da categoria; segundo, enfrentar o problema do desemprego que, preocupante que já é, muito mais deverá sê-lo ao final do ano.

Companheiros, coube-me, como vice-presidente do nosso Sindicato, presidir esta solenidade. Estou sendo substituído no cargo pelo professor Robespierre Martins Teixeira, o que muito me honra, dado o respeito e a estima de que este companheiro, antigo sindicalista, desfruta no seio da categoria. Como me honrou ter servido, durante estes três anos, sob o comando desta figura exemplar, deste homem digno, discreto e batalhador que é o nosso presidente, professor José Monrevi Ribeiro. Muito obrigado".

OS NUMEROS DA ELEIÇÃO, URNA POR URNA

Urna	Ch. 1	Ch. 2	Bra.	Nul.	Tot.
1ª urna Sindicato	341	181	2	5	529
2ª urna Delegacia Sind.	57	17	—	6	80
3ª urna Col. Sto. Inácio	183	99	—	3	285
4ª urna Zona Sul	58	38	—	1	97
5ª urna Tijuca	77	44	—	7	128
6ª urna Méier/Madureira	150	57	—	—	207
7ª urna Leopoldina	74	38	—	8	120
8ª urna Região suburb.	91	26	1	3	121
9ª urna Zona Sul	129	104	—	—	233
10ª urna Zona Sul	102	95	—	2	199
11ª urna Tijuca	118	37	—	3	158
Total	1.380	736	3	38	2.157

A Chapa 1 foi eleita com 65,12% dos votos válidos, que foram 2.119.

"Estamos abertos para a única unidade possível"

"Tendo perdido nas eleições para a direção da entidade, a Chapa 2, Democracia Sindical, vem à categoria e a público confirmar a justeza de suas propostas e de sua postura no decorrer desse pleito. Confirmou-se tal justeza no lançamento de uma chapa de oposição. De 30 mil professores somente cerca de 2.100 puderam manifestar sua vontade nas urnas. O Sindicato, infelizmente, ainda se mantém bastante afastado da grande massa do professorado. Mas no decorrer da campanha foram inúmeros os professores que passaram a procurar nossa entidade, buscando a sindicalização.

A aparente apatia que vivia a categoria, com apenas cerca de 50 professores nas últimas assembleias, transformou-se num intenso processo de mobilização e discussão no interior das escolas, para o qual em muito contribuiu a Democracia Sindical. Entendemos que estas eleições configuram um momento de avanço e de politização para nós professores, somente comparável às greves de 79.

Igualmente viu-se confirmada vitoriosa a tese da necessidade do segundo escrutínio defendida pela Chapa 2. Um número maior de professores votou, fato raro no sindicalismo brasileiro, ampliando a participação e o debate. Equivocados estavam aqueles que não confiaram na combatividade e no desejo de participação do professorado, tachando-nos maldosamente de aliados do Ministério do Trabalho.

Temos também certeza de que contribuímos para manter o alto nível do debate durante a campanha eleitoral. Nossas críticas e nossas propostas sempre tiveram o intuito de fazer avançar a luta do professorado. Quando as divergências são debatidas abertas e fraternalmente, ganhamos nós, ganham os professores e sai fortalecido nosso Sindicato. Ganha também a entidade quando o primeiro, segundo e terceiro graus trabalham conjuntamente, como ocorreu nessas eleições, quebrando na prática a divisão que nos é imposta pelos patrões. Ganhamos todos, professores e Sindicato, quando nossas idéias são divulgadas, debatidas e respondidas. Ao sairmos dessas eleições temos um compromisso mais firme e mais claro com nossas idéias, com nosso Sindicato e com a categoria.

Este compromisso é com o Sindicato. E que fique claro que nos comprometemos a trabalhar, cada vez mais ativamente, no seu interior, fortalecendo-o junto ao professorado, trabalhando em suas comissões, ampliando ao máximo o número de sindicalizados. Aos que clamam por unidade respondemos que estamos abertos para a única unidade possível, a que é construída na luta cotidiana dos professores. Combateremos juntos o inimigo comum: o desemprego, a exploração de nossos salários, as péssimas condições de trabalho do magistério. Apoiaremos sempre toda e qualquer iniciativa que faça avançar a luta e que seja do interesse do professorado. Mas qualquer manifestação de práticas autoritárias e imobilistas encontrará em nós a mais firme oposição.

Nosso compromisso é com o professorado e com os nossos princípios, na busca da participação total da categoria nas decisões de sua entidade. Continuaremos nossos esforços para levar o Sindicato para dentro de cada escola, reconstruindo as zonais em cada bairro. As eleições terminaram, mas continuamos acreditando em algumas coisas e lutando por elas."



Enclat, realizada em julho, definiu as reivindicações dos trabalhadores do Rio num clima de unidade e participação. Nosso Sindicato também aqui disse presente

Nosso Sindicato participou da Conclat com uma delegação numerosa, que teve grande atuação nas diferentes comissões. Os quais seus integrantes foram designados. Nesta prestação de contas ao corpo dos professores, eles revelam que as questões relacionadas com a educação e a cultura não foram o peso que se esperava, porque os professores se encontram num sufoco tão grande que estão preocupados com o problema da sobrevivência cotidiana.

Ricardo Marques Coelho, delegado que representava a Diretoria, Arlindenor Pedro de Souza, Luiz Edmundo Aguiar, Silas Aires de Matos e Tânia Araújo Jorge, todos eleitos pela base, fazem aqui um balanço da Conclat, mostrando que ela não possui possibilidades para a mobilização dos professores tanto nas lutas gerais que interessam a todos os assalariados como para a realização das ações nacionais do magistério. Representante do Centro Estadual de Professores, de quem é presidente, o professor Adolfo da Silva Pinto também faz uma avaliação da Conclat, para concluir, como demais, que as questões salariais, a luta contra o desemprego e a carestia e a campanha pelas liberdades democráticas podem mobilizar o magistério de forma permanente.

O que os professores esperam

Conclat, não é espantar que isso não tenha sido discutido. Porém, mais de 5 mil trabalhadores enfrentando juntos os seus problemas (como ocorreu na Conclat) faz parte da educação num sentido mais amplo. A educação política da classe trabalhadora, enquanto classe realmente.

Ricardo Marques Coelho - A Conclat constatou que a política de recessão econômica que vem sendo aplicada pelo Governo significa um enorme recuo do Estado da área da educação e cultura, materializada especialmente no violento corte de verbas para o Ministério da Educação. Esta situação é inaceitável, pois a própria Constituição prevê ensino público e gratuito para todos dos sete aos 14 anos e, é notório o esvaziamento econômico dos Estados e Municípios, que ficam com enorme dificuldade para manter e ampliar a rede escolar, pagar condignamente aos professores e melhorar a qualidade do ensino. O ensino superior é ainda mais afetado, porque o Governo está deixando as universidades à míngua e quer fazer os estudantes pagarem a fatura da crise, pela qual o próprio Governo é responsável: implantação do ensino pago.

O resultado desta política de verdadeiro abandono da educação é a progressiva desmoralização do ensino público e o florescimento de um tipo de ensino particular unicamente voltado para a rentabilidade da empresa. Os sindicatos apontaram também o caminho a ser percorrido: uma política de valorização da educação, inclusive com a alocação de 12% do orçamento nacional para a área, a democratização da Universidade e da rede escolar com a valorização das associações docentes, órgãos colegiados,

associações de pais e mestres etc, e a incorporação das entidades representativas de professores e estudantes na formulação e aplicação da política educacional.

Silas Aires de Matos - Bem, a Conclat não foi convocada para uma discussão profunda sobre esses temas. No entanto, pôde-se perceber que nas discussões das comissões de trabalho a questão da educação é objeto de grande preocupação para os trabalhadores. Um ensino de nível elevado e gratuito para todos, sem dúvida, é uma reivindicação dos trabalhadores, sejam do campo ou da cidade.

Folha - Após a Conclat como se coloca o trabalho da categoria no plano local, estadual e nacional?

Arlindenor Pedro de Souza - Mais amadurecidas após a Conclat, as lideranças dos professores não resta nenhum tempo a perder: é preciso mergulhar na categoria, encontrar as reivindicações específicas que estão sendo levantadas e interligá-las às propostas gerais aprovadas na Conferência.

A situação caótica do ensino no Brasil, a falência do ensino público e o crescimento do desemprego são questões centrais capazes de mobilizar todo o professorado e unir sua luta ao resto dos trabalhadores, oprimidos pela inflação e deterioração de suas condições de vida. Mas para isso é necessário que se forge uma sólida unidade, além da construção de uma plataforma mínima de lutas, adaptada à crise em que se debate o País, para apresentação de perspectivas concretas de superação das dificuldades que são mostradas pelos professores.

Ricardo - Neste momento, a principal luta que nosso Sindicato está travando é para que o reajuste semestral seja pago, a

partir de 1º de outubro, em valores não inferiores ao INPC fixado pelo Governo, 40,4. É um absurdo que milhares de professores recebam reajuste abaixo do próprio índice fixado pelo Governo para cobrir a inflação dos últimos seis meses. Isto devido ao sistema das "faixas salariais" que aumenta pouco acima do INPC para os salários muito baixos e achata violentamente os salários melhores. Ao mesmo tempo o Sindicato soma com o conjunto da Unidade Sindical na luta pela estabilidade no emprego.

Tânia de Araújo Jorge - Para se pensar ou se agir em termos de trabalho da categoria, seja no plano nacional, regional ou local, um pré-requisito é básico: melhorar a organização de base, nas escolas, propiciar uma participação mais consciente e ativa de todos os colegas. Veja bem, se hoje é inegável a importância de ter-se realizado um evento como a Conclat, também é inegável que, para uma luta conjunta de todos os trabalhadores ter força, cada setor, cada categoria, deve ter a sua força acumulada. Do contrário, ao invés de fazermos "a força com a união", faremos um somatório de fraquezas.

Nós, professores da rede particular, apesar de termos conseguido levar nove delegados de base e um da Diretoria à Conclat, temos que reconhecer que essa caracterização de "base" ainda está longe de significar uma participação dos colegas de cada escola nessas discussões. A distância que ainda separa o Sindicato das bases ocorre em todas as questões, desde o número de professores que não sabe nem mesmo calcular seu aumento salarial, até à quase nula participação nas discussões de questões mais gerais e graves como a definição dos rumos para a luta conjunta dos trabalhadores por dias menos angustiantes do que os vividos hoje. E, sem dúvida, essa distância nas "pequenas ou grandes questões", do plano local ao nacional, diminuirá na medida em que o Sindicato saiba pouco a pouco se enraizar nas escolas e ser não só a sede ou a Diretoria, mas a sede, a Diretoria e as 1.100 escolas, os 30 mil professores. Ali, então, os encontros e articulações intersindicais, regionais ou nacionais contarão com uma participação efetivamente real de nossa categoria e perderão o ranço do cupulismo.

As opiniões

Folha do Professor - Que contribuição a Conclat apresentou para a discussão das questões relativas à educação e à cultura?

Luiz Edmundo Aguiar - Para a discussão propriamente dita, quase nenhuma, pois essas questões não foram discutidas. Há a inexistência de experiências de lutas unitárias dos trabalhadores para enfrentar problemas tão palpáveis quanto a garantia do próprio trabalho contra o desemprego em massa, ou o dinheiro para assegurar almoço da família, as questões da educação e cultura foram relegadas a um segundo momento, que ainda não ocorreu. Cabe a nós, trabalhadores em educação, contribuir para esse debate. Cabe ao nosso Sindicato criar um departamento de educação que repense a escola, o ensino, o educador, formule, contribua e amplie esse debate para os demais sindicatos. Se não nós professores estamos discutindo a educação, os valores que transmitimos e não levamos qualquer contribuição para a

FOTO AGÊNCIA GLOBO



Ricardo: O Estado recua na educação

Silas: O desemprego esteve presente em todas as discussões

Folha — Até que ponto a Conclat propiciou um caminho para a unificação dos professores em nível nacional?

Arlindenor — Na Conclat, materializou-se a oposição dos trabalhadores à política econômico-financeira e social do regime em vigor no Brasil. Foram aprovadas importantes bandeiras que servem como elementos de unificação de todos os trabalhadores do País, como luta contra o arrocho salarial, contra o desemprego, pela liberdade sindical, pela reforma agrária radical, pela central única dos trabalhadores, etc., além de uma Assembleia Nacional Constituinte, num regime de plenas liberdades políticas. Os professores são parte integrante desse movimento e a aprovação de tais bandeiras pelos delegados de suas entidades classistas de todo o País representa um direcionamento na luta da categoria, que passa a interligar às suas propostas mais específicas uma série de outras de caráter geral, inserindo o professorado no processo político em marcha. A presença da Confederação dos Professores do Brasil entre as entidades dirigentes da Conclat é um aval importante de que as resoluções aprovadas serão postas em prática.

Silas — A importância da Conclat para a categoria se deu na medida em que ficou claro para todos professores que ali compareceram que os problemas que nos afetam são muito semelhantes aos dos demais trabalhadores. A questão do desemprego, dos salários aviltados, da carestia, das liber-

dades democráticas etc. esteve presente em todas as comissões de trabalho que congregavam categorias de diversas classes, demonstrando que estes problemas são de todo o povo brasileiro e que somente com a unificação dos trabalhadores em geral poderão ser resolvidos. A criação da Comissão Pró-Cut é de fundamental importância para a nossa categoria.

Tânia — Eu só acredito em unificação na prática, na luta, no movimento. A Conclat, no plano das articulações, até contribuiu para um início de unificação das entidades nacionais de professores (Unate, CPB e Andes), cujos representantes sentaram-se junto para discutir e montar uma comissão nacional de articulação dos servidores públicos, porém, é nos encaminhamentos práticos e objetivos da Comissão Pró-cut, que se construirão experiências comuns a todos os trabalhadores (e, portanto, a todos os professores). Não existe fórmula pronta para a unificação nacional. Hoje, quando duas correntes distintas se esboçam em todos os movimentos sindicais (como, por exemplo, nas recentes eleições aqui do Sindicato), mais do que nunca é preciso explicar e encarar com fraternidade as divergências. Na Conclat formaram-se duas chapas: uma ganhou, outra perdeu, mas todos continuam na batalha do magistério. E assim vai e só vamos conseguir unificar realmente os professores em âmbito nacional quando pararmos de opor entidades e fizermos encontros unitários, em que as

divergências sejam assumidas e resolvidas. Só vamos unificar nacionalmente os professores quando os sindicatos e associações de todos os Estados se sentarem a discutir e a compartilhar suas experiências de luta educacional e planejarem ações nacionais unificadas dos professores.

Folha — Fora das questões de cultura, que temas mais mobilizaram os professores?

Luiz Edmundo — Para mim, as lutas aprovadas na Conclat como as duas questões fora do campo da cultura que mais ajudaram a mobilizar os professores serão a luta contra o desemprego e a luta contra a carestia. O desemprego porque se o professor não tem o meio do semestre ele não tem o risco de passar fome em família, pois só conseguirá, talvez, o emprego no ano seguinte. Isso sem as formas parciais de desemprego, as reduções de carga horária, que são feitas frequentemente no ensino onde leciono. Contra a carestia porque o reajuste semestral pode nem ser pago em algumas escolas, se o INPC já é inflação e se ainda é pago escalonadamente de acordo com faixas salariais irrisórias. Os patrões encaixam nossos salários e ganhamos menos e temos que pagar como o recente aumento de 90% em guéis. Há um ponto em que o salário não se aguenta mais.

FOTO DE RAIMUNDO VALENTIM



Com enorme aparato, a PM impediu a concentração na Praça Quinze. Ivan Pinheiro, líder bancário, ficou detido uma hora

Um Dia de Luta e de repressão

Uma concentração diante da Câmara Municipal e uma passeata entre a Cinelândia e a Delegacia Regional do Trabalho, no antigo Palácio do Trabalho, marcaram o Dia Nacional de Luta no Rio, a despeito da forte repressão mobilizada pela Polícia do Estado para impedir que, a exemplo do que se fazia em outras cidades e em outros Estados, os trabalhadores fluminenses atendessem à mobilização decretada para esse dia pela Conclat.

Desde cedo, a Polícia Militar do Estado ocupou pontos importantes do Centro da cidade, como as imediações do Palácio do Trabalho, e interditou a Praça Quinze de Novembro, onde se realizaria a concentração das delegações sindicais e dos trabalhadores. Equipados com escudos dotados de viseiras, como se fossem para um combate medieval, e armados de cassetetes, os soldados da PM ocuparam com carros-chocles os pontos de acesso à Praça e dissolveram com violência as aglomerações que surgiam, numa tentativa de bloquear a manifestação.

Diante da ação da PM, o comando da Unidade Sindical decidiu deslocá-la para o Largo da Carioca, no que foi obstado pelos policiais. Ao

percorrer a praça na Kombi do Sindicato dos Bancários, com um megafone em que comunicava aos trabalhadores a mudança de local, o líder bancário Ivan Pinheiro Martins foi detido pelos policiais, que o impediram dentro do veículo e detiveram também as pessoas que, ao ver a cena, se solidarizavam com ele.

Só mais de uma hora depois, através de negociações conduzidas pelas lideranças sindicais, parlamentares — notadamente os deputados federais Modesto da Silveira, do PMDB, e José Maurício, do PDT — e advogados, a Polícia Militar concordou em liberar o líder bancário, que em seguida, se dirigiu para a Praça Floriano, a fim de comunicar que a multidão ali concentrada poderia dirigir-se à Delegacia Regional do Trabalho, onde o memorial da Conclat ao presidente da República (reproduzido na página 8) seria entregue ao delegado regional do Trabalho.

Enquanto essas conversações se processavam, milhares de trabalhadores reunidos diante da Câmara Municipal manifestavam seu apoio às principais reivindicações expostas pelos oradores, designados por diferentes sindicatos e por instituições da sociedade civil, como a Federação das

Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — Famerj, cujo presidente, João Resende, chamou a atenção para a alta exorbitante dos alugueis, que serão majorados em 91,3% em novembro. Enquanto os oradores se sucediam na tribuna improvisada na escadaria da Câmara, a multidão alternava os coros de apoio à formação do memorial ao delegado dos Trabalhadores, de repúdio ao pacote da Previdência Social e de denúncia do desemprego.

Quase às 20h, após ser liberado, Ivan Pinheiro, que foi recebido com grandes aplausos pela multidão, anunciou que os manifestantes se deslocariam para a DRT, a fim de entregar o memorial ao delegado Luís Carlos de Brito. Os dirigentes sindicais advertiram que os trabalhadores não deveriam aceitar as provocações para um confronto com a PM, mas também não poderiam abdicar da firmeza na luta por suas reivindicações. Meia hora depois, o delegado recebeu o memorial de uma comissão, limitada a 15 líderes sindicais por exigência dele. Na antela de seu gabinete ficaram os símbolos destes tempos de repressão: dez soldados da PM. Todos com escudos e viseiras.

Godofredo fala sobre o que une

O professor Godofredo da Silva Pinto participou da Conferência das Classes Trabalhadoras como representante do Centro Estadual de Professores. Ele também deu seu depoimento à *Folha do Professor* sobre as questões formuladas aos integrantes da delegação do Sindicato. A respeito da presença das questões da cultura e da cultura na Conclat, disse Godofredo:

“Como decorrência da realização de congressos de trabalhadores de âmbito nacional em tantos e tantos anos de regimocrionário, a Conclat, tendo que existir, em apenas três dias, tem um muito amplo de questões fundamentais do movimento sindical que muito não eram debatidas, não se detendo na medida que resolvíamos e que se fazia nessas questões educacionais e culturais. Estamos certos, porém, de que o Congresso Nacional de Trabalhadores de 1982, quando se deliberou a respeito da criação da Central dos Trabalhadores, a educação e a cultura serão objeto de um debate profundo e frutífero, porque problemas de enorme importância para as massas trabalhadoras do Brasil.”

Godofredo entende que as reivindicações podem ajudar a mobilização dos professores. As questões salariais, a luta contra o desemprego e a carestia, a luta pela ampliação das liberdades democráticas são aspectos que realmente interessam diretamente ao padrão de vida do professor e ao adequado desempenho da função educadora.”

O acordo já é lei

Os acordos salariais para os professores de terceiro grau e primeiro e segundo graus — incluindo França, Instituto Cultural Brasil-Alemanha (Instituto Goethe), de Artes e Ofícios e Associação de Servidores Cívicos do Brasil — já foram publicados no Diário Oficial, em 1 e 3 de setembro. Os estabelecimentos que ainda não tiveram pago a produtividade, incluindo os atrasados, não têm mais culpa para não pagar. Qualquer irregularidade, pois, deve ser comunicada imediatamente ao Sindicato.

Um serviço para obtenção de registro de professor

O professor associado já pode, por meio do Sindicato, obter no Ministério do Trabalho registro definitivo ou provisório — em carteira de trabalho e previdência social, conforme a lei para o exercício da profissão. Documentos exigidos:

- Carteira definitiva
- Requerimento (modelo no Sindicato).
- Fotocópia autenticada do certificado de habilitação para o exercício do magistério, emitido pelo MEC, ou pela competente autoridade municipal, ou diploma registrado no MEC.
- Fotocópia autenticada da carteira de identidade.
- Declaração escrita pelo interessado, em duas vias, atestando de bons antecedentes, de conduta ou de folha corrida (modelo no Sindicato).
- Atestado de que não sofre de doença contagiosa, passado por autoridade competente e fornecido pelo médico do Sindicato.
- Carteira de trabalho e previdência social.

- Carteira provisória
- Além dos itens 3, 4 e 5, apresentar:
- Declaração de conclusão de curso normal em carteira e de colação de grau.
- Histórico escolar.
- Autorização para lecionar fornecida pela

Esse Pio XII cumpre a lei

O Colégio Pio XII que não cumpre as obrigações trabalhistas devidas a seus professores não tem direito a indenização. A denúncia encaminhada ao Sindicato e publicada em recente edição da Folha do Professor foi a conclusão a que chegou a Diretoria do Sindicato após visitar o Colégio Pio XII de Guadalupe, subúrbio da área de Deodoro, onde denúncia encaminhada ao Sindicato e publicada em recente edição da Folha do Professor.

A denúncia encaminhada ao Sindicato e publicada em recente edição da Folha do Professor foi a conclusão a que chegou a Diretoria do Sindicato após visitar o Colégio Pio XII de Guadalupe, subúrbio da área de Deodoro, onde denúncia encaminhada ao Sindicato e publicada em recente edição da Folha do Professor.

O Crect endossa fraude da Mabe

"Dois alunos da segunda série do segundo grau profissionalizante do Colégio da Mabe (Rua Riachuelo, 124) não lograram aprovação no ano letivo de 1980. Foram à prova de recuperação e tiraram nota 3 (três), insuficiente para serem aprovados. Foi-lhes concedida uma nova oportunidade e novamente fracassaram (5,2.81). A direção do Colégio houve por bem demitir-me (aviso prévio no dia 11.2.81). Denunciei o fato ao Creci-RJ (protocolo 706821) em 30 de abril e a defesa do Colégio foi a mais infeliz possível, pois chegou ao cúmulo de adulterar atas de grau, datadas de 21 de janeiro, dando os alunos como aprovados naquela data, com um detalhe importante e paradoxal: uma carta do professor Roberto Fonseca, na qual este confirma ter sido chamado para examinar os alunos citados em 10 de fevereiro. Mesmo diante de tal disparate, o Creci-RJ, na figura do supervisor Antônio Colleta, nada achou de irregular, dando parecer favorável ao Colégio. Continuei batalhando, mostrando os fatos e



cobrando uma solução decente, e o processo foi encaminhado ao Ecsupe (15.9.81), onde será examinado, provavelmente por uma comissão, para um parecer final. (a) Domingos Roque Orlando."

Professor, cuidado

Veja aqui quais os seus direitos e as fraudes mais comuns dos empregadores

Roberto Vizeu Barros
(Peninha)

Deste número em diante, você conhecerá os principais artifícios usados pelas escolas na burla de seus direitos. Para cada questão levantada, mostraremos como agir os patrões e qual a correta aplicação da lei.

13º SALÁRIO

De cada dez homologações feitas no Sindicato, cerca de sete estão irregulares. O cálculo do 13º figura como uma das principais irregularidades. Normalmente os patrões o calculam através da média salarial o que não tem nenhum amparo legal. Observe o texto da Lei, nº 4.090, de 12 de julho de 1962:

"O pagamento da gratificação salarial instituída pela lei... com as alterações constantes da Lei 4.749 será efetuado pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso."

A DEMISSÃO E A DATA-BASE DO REAJUSTE SEMESTRAL

Nossos reajustes ocorrem em abril e outubro. Quem for demitido um mês antes dessas datas tem direito a mais um salário, segundo o artigo 9 da Lei nº 6768/79:

"O empregado dispensado sem justa causa no período de 30 dias que antecede a data da sua correção salarial terá direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal."

REDUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA CARGA HORÁRIA

A questão é velha e ressurge agora com toda força em função da crise econômica. Normalmente os patrões obrigam o professor a assinar um documento em que ele "concorda" com a redução. Veja agora o que diz o artigo 468 da Consolidação das Leis do Trabalho.

"Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia."

RECLAMAÇÃO APÓS A ASSINATURA DA RESCISÃO

Muitos professores acreditam que uma vez feita a rescisão ele nada mais poderá reclamar. Tal temor é infundado, e a orientação dada pelo Sindicato é no sentido de primeiro se receber o que o patrão paga e posteriormente ingressar na Justiça reclamando o restante, o que tem total apoio legal. Veja a interpretação dada pela súmula 41 do TST sobre o artigo 477 da CLT:

"O instrumento da rescisão... qualquer que seja a forma da dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado, e discriminado seu valor, sendo válida a quitação apenas relativamente às mesmas parcelas."

No próximo número abordaremos uma questão que dia a dia se agrava: férias e recesso escolar. Falaremos também da súmula 10 do TST e das vitórias que o Departamento Jurídico do Sindicato vem obtendo. Colabore com o Sindicato, enviando sua dúvida por carta, entregando-a na sede, ou formulando-a através de um companheiro.

SINDICATO DOS PROFESSORES COMISSÃO CULTURAL

Vamos ao teatro VIVA SEM MEDO DE SUAS FANTASIAS SEXUAIS

De John Tobias/ Adaptação de João Bethencourt
Direção de José Renato

Teatro Ginástico / Promoção: Cr\$ 300,00
Validade: dia 24 de outubro

Troque esta filipeta na bilheteria

SERVIÇOS

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Homologação de rescisão de contrato de trabalho
Segunda, quarta e sexta
Das 14 às 17h
Trabalhista
Dr. Fernando César Cataldi
Sexta-feira
Das 10 às 12h e 16h30min às 18h
Dra. Leopoldina Leoni Santos
Segunda, terça e quarta
Das 16h30min às 18h
Dr. Rogério R. Fernandez Filho
Sexta-feira
Das 18 às 20h
Dra. Daisy Calil
Segunda e quinta
Das 16h30min às 18h
Quarta
Das 15 às 16h30min
Dra. Dayse Farid
Terça
Das 16h30min às 18h
Quinta
Das 15 às 16h30min

Homologação e atendimento na Delegacia Sindical

Dr. Rogério César Cataldi
Segundas
Das 17 às 20h

ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

Auxílio-natalidade de meio salário mínimo
Apresentar a certidão de nascimento
Auxílio-funeral um salário mínimo
Apresentar a certidão de óbito do associado
ASSISTÊNCIA JURÍDICA
Serviço de Clínica Geral
Dr. Samuel Scheinkman
Diariamente das 15 às 16h30min.
Pegar a guia na sede do Sindicato
Serviço dentário
Dr. Jair Chiacchio
De segunda a sexta, das 10 às 14h
na sede do Sindicato
Convênios
Instituto de Radiologia de Campo Grande
Avenida Cesário de Melo, 3.045
Desconto de 20%
Deforme-Laboratório de Patologia Clínica
Rua Viúva Dantas, 55, 19 andar
Desconto de 30%
Dentart-Assistência Odontológica
Rua Siqueira Campos, 30, sala 1.101
Telefones: 257-1792 e 255-2737
Clínica Dentária
Dr. Paulo Roberto e Pedro Siqueira
Avenida Cesário de Melo, 2.953
Clínica de Angiologia
Dr. Jacob Lifschitz
Tratamento das enfermidades das artérias, veias, linfáticos e varizes
Rua Visconde de Pirajá, 303/820
Telefones: 277-5433, 267-9145 e 287-6281
Desconto de 50%
Dra. Rosa Maria — Odontopediatria
Avenida Cesário de Melo, 2.800
Desconto de 20%
Dr. Nilzo Martins
Clínica Geral, Cardiologia, Diabetes
Rua Felipe Cardoso, 80, Santa Cruz
Quintas, das 15 às 19h
Sábados, das 9 às 12h
Desconto de 25%
Dr. Rezere Gentil
Clínica Geral, Ginecologia
Rua Campo Grande, 856/207
Terças, quintas e sábados
Desconto de 25%

EXPEDIENTE DO SINDICATO

SEDE
Secretaria
De segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas
Tesouraria
De segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas
DELEGACIA EM CAMPO GRANDE
Rua Barcelos Domingos, 112, grupo 201
De segunda a sexta-feira, das 10 às 19 horas

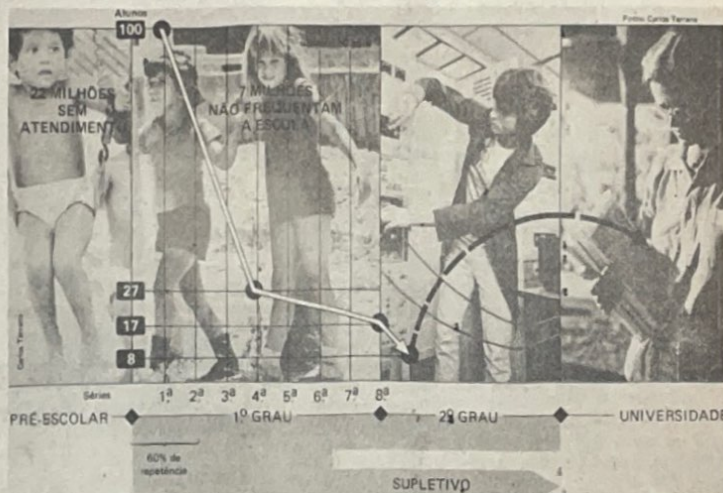
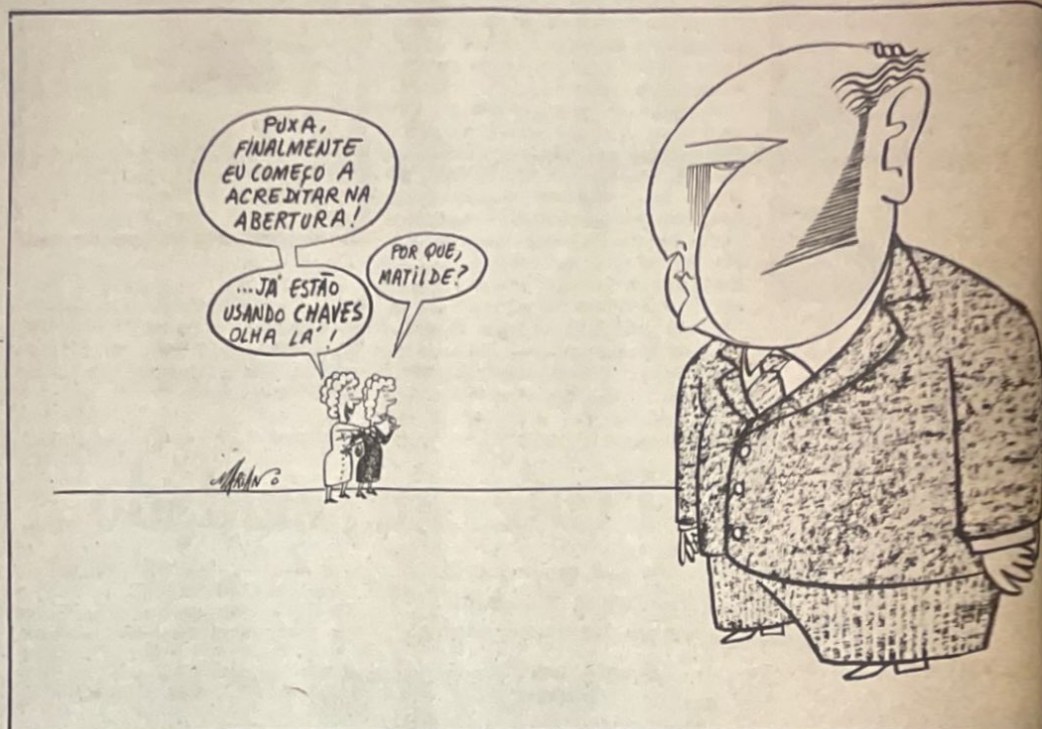
As idéias do general Ludwig para mudar a educação

Ante uma platéia de empresários (era a abertura de um simpósio sobre educação promovido pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil), o Ministro da Educação, general Rubem Ludwig, expôs no Rio a 1º de outubro os seus planos para a mudança da situação do ensino no País, que ele próprio descreveu como dramática, embora fugisse a esse termo, ao recitar números acusadores.

O ministro reconhece que 23 milhões de crianças abaixo de sete anos, de um total de 24 milhões, não têm atendimento pré-escolar; 7 milhões de crianças de sete a 14 anos não recebem ensino de primeiro grau; as taxas de evasão e repetência chegam a 60% nas duas primeiras séries do primeiro grau. Das que ingressam na primeira série, só 27 chegam à quarta série, apenas 17 atingem a oitava série e somente oito delas se matriculam no segundo grau.

Ludwig, que vai completar um ano no cargo, disse que a programação do Ministério da Educação estabeleceu estes objetivos: a) início do processo de implantação progressiva de um sistema nacional de pré-escolar, para facilitar o acesso ao primeiro grau; b) expansão da escolaridade e melhoria do rendimento do primeiro grau; c) integração das ações educativas não formais com o ensino formal; d) aprimoramento do ensino de segundo grau, como "forma de valorização específica desse nível de ensino e busca de novas alternativas"; e) apoio a instrumentos de promoção social, atendendo a populações e regiões carentes.

Durante sua exposição, em que procurou tranquilizar os empresários pelo aumento do imposto de renda sobre os lucros extraordinários dos bancos, para gerar recursos destinados ao orçamento do Ministério da Educação, o ministro passou por alto pelos temas mais polêmicos de sua Pasta, dizendo apenas que estão "em debate nacional". Ele se limitou a enunciar os temas: a gratuidade do ensino superior, "o modelo jurídico-administrativo da universidade" (eufemismo que encobre a transformação das universidades públicas em fundações) e a reformulação do crédito educativo. Ao se referir ao último, sublinhou que 75% dos universitários são atendidos pela rede particular, ênfase que parece indicar em que direção se pretende "reformular" o crédito educativo.



O elitismo do "novo Mec"

Na edição de agosto-outubro deste ano da revista Educação (ano 10, número 35), o Ministério da Educação dá uma prova de como é elitista a visão com que as autoridades analisam o País, mesmo quando seu propósito é o de mostrar as carências agudas em aspectos essenciais, como o da educação. Num artigo destinado a mostrar a atuação (ou disposição) do "novo Mec" (as aspas são do próprio artigo), a revista mostra o que seriam os oito desafios da educação básica, reproduzindo os números que o ministro Rubem Ludwig mencionou na conferência que fez no Rio, conforme noticiamos nesta página. Pois bem: para mostrar as crianças sem atendimento pré-escolar, que são 22 milhões; as crianças fora da escola, que chegam a 7 milhões; a taxa de evasão no interior de todos os graus de

ensino e de um grau para outro, Educação publica umas crianças maravilhosamente saudáveis, bem vestidas e bem calçadas, sorridentes, brancas — presumivelmente de famílias com acesso a todas as possibilidades de educação. Nem um criolinho sequer, num país em que as crianças negras são as mais marginalizadas, e não apenas na cultura; nem uma criança esquelética, ou simplesmente magra, com aparência carente.

Os jovens, então, são uma jóia — parecem esses filhos que toda família gostaria de ter, pois além de saudáveis parecem aplicados, compenetrados, orgulho de pai e mãe. Como dizia o escritor Marques Rebelo, parecem crianças, adolescentes e jovens importados de outros países. A pobreza causa repugnância ao "novo Mec"?

Paraná não dá aumento dá pancada

A menos de duas semanas do Professor, o Governo do Paraná demonstrou de como entende os professores devem ser tratados: operação que mobilizou 300 soldados da Polícia Militar do Estado, a 3 de novembro mandou dissolver o acampamento de professores haviam instalado nas dependências do Palácio Iguaçu, como programação da greve por aumento de salários, que então completava 15 dias. Com brutalidade, a PM e a Polícia Civil cercaram o acampamento, agrediram os professores que tentaram se defender ou resistir, prenderam e denunciaram a violência (foram presos ao todo), ameaçaram de prisão as pessoas que documentavam as cenas e se apossaram de todos os pertences dos professores: colchões, tocas, roupas e objetos de uso pessoal. O material foi recolhido à Intendência da Polícia Militar.

O ato do Governo do Estado, bem seu desespero diante da unidade dos professores do Paraná, traram em greve por salários dignos, tiraram às violências de costume, a punição, corte de ponto e suspensão oficial do período letivo, da decretação de recesso escolar, hora, reunidos em Ponta Grossa, professores aprovavam a greve, dando uma lição ao Estado: o impasse tem de ser resolvido por negociação, e não militarmente.

No RN, um Congresso de Professores

A Associação dos Professores do Rio Grande do Norte promoverá o I Congresso Estadual dos Professores, no período de 11 a 15 de novembro. O tema do Congresso inclui estas questões:

- Liberdade democrática e democratização do ensino;
- Sistemas educacionais — crises e conflitos;
- Fórum sobre a realidade educacional do Rio Grande do Norte.

Foram convidados e deverão participar do debate Moacir Cadotti, Hermes Zanetti, Samuel Araújo Reis e o cardeal Evaristo Arns.